
**FUNDAÇÃO RANGEL DE
SAMPAIO**

**RELATÓRIO E CONTAS
ANO 2018**

Aprovado pelo Conselho Diretivo em 31 de Março de 2019

Faculdade de Direito - Universidade de Coimbra



Índice

Índice
7-08-18

Introdução e destaques.....	3
Perfil identitário.....	4
Estrutura	5
Ação Social	6
Conjuntura económica	7
Indicadores	8
Demonstrações financeiras	9
Notas anexas às Demonstrações financeiras.....	14

Ti. Gall
Pr. - R. D.

Introdução e destaques

O Relatório de Gestão e Contas da Fundação Rangel de Sampaio pretende sintetizar a informação mais relevante da atividade da Fundação Rangel de Sampaio em 2018, produzindo informação para a avaliação, interna e externa, do seu desempenho na sua área de missão (mecenato no ensino e ação social).

No decurso do passado ano 2017, a Fundação Rangel de Sampaio efectuou uma alteração estatutária passando a ser uma Fundação Privada de Direito Privado.

Como consequência da alteração e revisão estatutária, foram nomeados novos corpos sociais.

Financeiramente, e dado que a atividade da Fundação é em muito autofinanciada pela rentabilização e aplicação dos seus recursos, em boa parte financeiros, a desaceleração gradual da actividade económica mundial assim bem como a incerteza económica política de potências como a Alemanha, Inglaterra e Itália no ano 2018, afetaram negativamente os resultados da Fundação no exercício de 2018.

Em termos de ação social, deu-se continuidade à prossecução das políticas constantes em anos anteriores, por forma a dar continuidade ao mecenato e fins estatutários da Fundação Rangel de Sampaio.

Fundação
Rangel de Sampaio

Perfil identitário

Missão, valores e visão

A Fundação Rangel de Sampaio, fundada em 2 de Abril de 1963 pelo Decreto Lei 44 956, é uma pessoa coletiva de direito privado com estatuto de utilidade pública, instituída junto da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A Fundação Rangel de Sampaio prossegue os seguintes fins:

- a) Apoiar financeiramente missões científicas ao estrangeiro dos Professores da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, devendo ser sempre efetuado um relatório digno de publicação;
- b) Atribuir bolsas de estudo a estudantes pobres e distintos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, a fim de lhe serem concedidos subsídios de alimentação e viagens de estudo ao estrangeiro;
- c) Disponibilizar e manter residências e instalações desportivas para estudantes da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra;
- d) Instituir o prémio Doutor Guilherme Moreira , em homenagem ao reformador dos estatutos de Direito Civil em Portugal, nos termos do Regulamento

Estrutura

T. G. M.
R. M. R. J.

Órgãos Sociais - Ano 2018 (após alteração estatutária 19/12/2017)

Conselho de Administração:

Professor Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marques (Presidente)
Professor Doutor António Pinto Monteiro (Vogal)
Professor Doutor João Paulo Remédio Marques (Vogal)
Professor Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos (Vogal)
Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Conselho Executivo:

Professor Doutor Rui Manuel de Figueiredo Marques (Presidente)
Professor Doutor Filipe Miguel Cruz de Albuquerque Matos (Vogal)
Professor Doutor Francisco Manuel Brito Pereira Coelho (Vogal)

Conselho Fiscal:

Professor Doutor Manuel Carlos Lopes Porto (Presidente)
Professor Doutor José Casalta Nabais (Vogal)
Professora Doutora Ana Mafalda Castanheira Neves Miranda Barbosa (Vogal)

Conselho de Curadores:

Professor Doutor Rui Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (Presidente)
Professor Doutor António dos Santos Justo (Vogal)
Professor Doutor José Manuel Aroso Linhares (Vogal)

Ação Social

No presente ano a ação social da Fundação Rangel Sampaio pode, em traços gerais, resumir-se a:

h. a. a. y
T. L. M.

a – Atribuição de bolsas de estudo mensais → 17 Bolsas (ano lectivo 2017/2018)

b – Subsidação de estudos e missões → 9 Estudos/Missões

c – Cedência de uma residência universitária aos serviços de ação social * → 1 Residência

** c1 – Recebendo dos mesmos 10 bolsas de alojamento que se disponibilizam a alunos da FDUC (das quais 3 foram objeto de candidatura e concessão)*

** c2 - Recebendo dos mesmos 12 bolsas de alimentação que se disponibilizam a alunos da FDUC (das quais 8 foram objeto de candidatura e concessão)*

d – Atribuição de prémio de mérito Doutor Manuel de Andrade → 5 Prémios

e - Atribuição de prémio de mérito Doutor Gama Barros → 1 Prémios

f - Atribuição de prémio de mérito Doutor Guilherme Moreira → 16 Prémios

Investimentos Financeiros – Análise de conjuntura

Dada a importância desta rubrica na sustentabilidade e garantia dos fins da Fundação Rangel Sampaio, segue uma memória descritiva que analisa o cenário económico no ano 2018 efetuada pelo banco BPI, no seu relatório de gestão da carteira de investimentos da Fundação:

Ti. 6.24
R. 07

Conjuntura Macroeconómica

No fim de 2018, os dados económicos foram abaixo das expectativas na maioria das geografias, consistente com um abrandamento do ritmo de crescimento e não com o início de uma recessão. Os EUA foram o bloco económico com o crescimento mais sólido com o PIB a crescer cerca de 0.9% no terceiro trimestre, alicerçado no crescimento do consumo privado. O consumidor norte-americano continua a beneficiar das medidas de redução da carga fiscal e da melhoria do mercado de trabalho, com a criação de emprego a manter-se em níveis saudáveis e os salários a acelerarem de forma gradual. A Reserva Federal subiu as taxas diretoras por 4 vezes em 2018, sendo que 2019 estão previstas menos subidas e condicionadas pela evolução dos principais indicadores económicos. Na Zona Euro, o PIB cresceu apenas 0.2% no terceiro trimestre, penalizado pela queda de 0.2% do PIB na Alemanha. Esta desaceleração foi causada por fatores temporários, nomeadamente a redução de inventários na indústria automóvel, perante a introdução de nova legislação sobre emissões de gases poluentes. As questões políticas continuaram a contribuir para a volatilidade dos mercados. Em Itália, após vários meses de negociações, o Governo Italiano conseguiu chegar a acordo com a comissão europeia quanto à meta do défice para 2019, evitando deste modo um procedimento por défice excessivo. No Reino Unido, com o prazo para a saída da UE a terminar em março de 2019, Theresa May obteve um acordo com a UE para o Brexit que foi rejeitado no parlamento.

Mercados Accionistas

Em 2018 os mercados acionistas globais apresentaram quedas significativas, em magnitudes que já não se registavam desde 2011: nos EUA, o S&P500 desvalorizou 6.2%, enquanto que o MSCI Europe, Topix e MSCI Emerging Markets caíram 10.0%, 17.8% e 14.2%, respetivamente. A forte correção nos mercados acionistas foi impulsionada pela desaceleração económica a que se assistiu no 4º trimestre, pela atuação da Reserva Federal e pela incerteza quanto ao desfecho da guerra comercial entre Estados Unidos e a China.

Mercados Obrigacionistas

O ano terminou com uma queda de 19.5% no preço do petróleo, ajudando a explicar a forte queda das yields norte americanas a 10 anos para 2.68%, depois de ter atingido os 3.24% em novembro, o nível mais alto dos últimos sete anos, o que pressionou a dívida pública alemã a 10 anos que também caiu 19bps no ano, para 0.24%. Na dívida privada, as obrigações com notação de investment grade e high yield registaram retornos negativos e os spreads de crédito tiveram, no quarto trimestre, a maior deterioração trimestral desde 2011. O mercado cambial foi menos volátil no ano. A manutenção do tom acomodatório pelo BCE e os receios de um hard Brexit levaram a que o euro e a libra depreciassem face ao dólar 4.5% e 5.6%, respetivamente. O iene voltou a demonstrar-se como moeda de refúgio, valorizando 2.8% face ao dólar.

Principais Indicadores Económicos da Fundação Rangel de Sampaio – Anos 2017 / 2018

J. C. M.
R. B. D.

Fica uma breve síntese dos rácios e indicadores relevantes de carácter económico-financeiro dos anos 2017/2018:

Rubrica	2018	2017	Var	% Var
Resultado do Período	-71.299,50 €	38.469,03 €	-109.768,53 €	-285,3%
Rendimentos	145.248,24 €	185.908,39 €	-40.660,15 €	-21,9%
Gastos	216.547,74 €	147.439,36 €	69.108,38 €	46,9%
Activos	5.024.808,75 €	5.100.323,86 €	-75.515,11 €	-1,5%
Passivos	547.022,92 €	551.238,53 €	-4.215,61 €	-0,8%
Fundos Patrimoniais	4.477.785,83 €	4.549.085,33 €	-71.299,50 €	-1,6%
Rácios de Liquidez				
Liquidez Geral	68,24	64,80	3,44	5,3%
Liquidez Reduzida	68,24	64,80	3,44	5,3%
Rácios de Solvabilidade e Autonomia				
Autonomia Financeira	0,89	0,89	0,00	-0,1%
Solvabilidade Financeira	8,19	8,25	-0,07	-0,8%
Capacidade de Endividamento m/l	0,90	0,90	0,00	-0,2%
Rácios de Rendibilidade				
Rendibilidade dos Rendimentos	-49,09%	20,69%	-69,78%	-337,2%
Rendibilidade do Activo	-1,42%	0,75%	-2,17%	-288,1%
Rendibilidade dos Fundos Patrimoniais	-1,59%	0,85%	-2,44%	-288,3%

Inclui
M. R. Z.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

T. G. C.
R. S. S.

Rúbricas	Notas	31 Dezembro 2018	31 Dezembro 2017
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos fixos tangíveis	4	341.138,47	351.897,75
Bens do Património Histórico e Cultural		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		0,00	0,00
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Outros Créditos e Activos não correntes	11+17	2.865,84	2.865,84
		344.004,31	354.763,59
ACTIVO CORRENTE			
Inventários		0,00	0,00
Créditos a receber	17	12.978,32	15.060,52
Estado e outros entes públicos	16	652,44	652,44
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros activos Correntes	11+17	2.571.973,15	2.629.740,88
Caixa e depósitos bancários	17	2.095.200,53	2.100.106,43
		4.680.804,44	4.745.560,27
TOTAL ACTIVO		5.024.808,75	5.100.323,86
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		4.547.084,22	4.508.615,19
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais		2.001,11	2.001,11
Resultado líquido do período		-71.299,50	38.469,03
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		4.477.785,83	4.549.085,33
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões		0,00	0,00
Provisões Específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar	3	478.429,81	478.009,87
		478.429,81	478.009,87
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	16,80	65,25
Fundadores / Beneméritos / Patrocinadores / Doadores / Associados / Membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	17	64.987,51	65.696,18
Outros passivos correntes	17	3.588,80	7.467,23
		68.593,11	73.228,66
TOTAL DO PASSIVO		547.022,92	551.238,53
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		5.024.808,75	5.100.323,86

(1)- O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Fiscal

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e Serviços Prestados		0,00	0,00
Subsídios, Doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos Inventários da Produção		0,00	0,00
Trabalhos Para a Própria Entidade		0,00	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	17	-29.986,88	-36.746,63
Gastos Com o Pessoal		0,00	0,00
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de Justo Valor	8+17	-99.717,92	25.889,74
Outros Rendimentos	8+17	83.440,14	123.829,02
Outros Gastos		-34.470,95	-51.378,99
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-80.735,61	61.593,14
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	4	-10.759,28	-10.759,28
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-91.494,89	50.833,86
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	8+10+17	29.724,63	1.136,48
Juros e Gastos Similares Suportados	17	-9.529,24	-13.501,31
Resultado antes de impostos		-71.299,50	38.469,03
Imposto Sobre o Rendimento do Período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-71.299,50	38.469,03

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

TrCull

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2018	2017
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes (+)			
Pagamentos apoios (-)			
Pagamentos subsídios (-)			
Pagamentos bolsas (-)			
Pagamentos a fornecedores (-)		1.469,23	2.500,99
Pagamentos ao pessoal (-)			
Caixa gerada pelas operações		(1.469,23)	(2.500,99)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos (+) /pagamentos (-)		2.189,21	2.261,98
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		719,98	(239,01)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)			
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		719,98	(239,01)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		299,65	538,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.019,63	299,65

DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO

FUNDAÇÃO RANGEL DE SAMPAIO
 FACULDADE DE DIREITO UNIV. COIMBRA
 3004-545 COIMBRA
 Contribuinte: 500122261

Exercício: 12/2018

Pág. 1 de 1

Valores em €

Fh Cel

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe											
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2017	1	0,00	0,00	2.001,11	4.524.682,01	0,00	0,00	-10.033,72	4.516.649,40	0,00	4.516.649,40
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					-16.066,82			10.033,72	-6.033,10		-6.033,10
	2	0,00	0,00	0,00	-16.066,82	0,00	0,00	10.033,72	-6.033,10	0,00	-6.033,10
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							38.469,03	38.469,03		38.469,03
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							48.502,75			32.435,93
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO - 2017	6=1+2+3+5	0,00	0,00	2.001,11	4.508.615,19	0,00	0,00	38.469,03	4.549.085,33	0,00	4.549.085,33

Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe											
DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2018	1	0,00	0,00	2.001,11	4.508.615,19	0,00	0,00	38.469,03	4.549.085,33	0,00	4.549.085,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					38.469,03			-38.469,03	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	0,00	38.469,03	0,00	0,00	-38.469,03	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-71.299,50	-71.299,50		-71.299,50
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-71.299,50			-71.299,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO - 2018	6=1+2+3+5	0,00	0,00	2.001,11	4.547.084,22	0,00	0,00	-71.299,50	4.477.785,83	0,00	4.477.785,83

NOTAS ANEXAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Firgell
[Handwritten signature]

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

1 – Identificação da entidade

1.1 - Designação da entidade: Fundação Rangel de Sampaio – NIF 500 122 261

1.2 - Sede: Pátio da Universidade – Faculdade de Direito Universidade Coimbra – 3004-545 Coimbra

Telefone: +351 239 859 801/02

Fax: +351 239 823 353

Endereço eletrónico: rsampaio@fd.uc.pt

Página da internet: <http://www.uc.pt/fduc/frs>

1.3- Natureza da atividade: Fundação com fins de de contribuição para a difusão e transferência do conhecimento nos mais diversos domínios, em interligação com a sociedade, não só a nível nacional, mas também internacional em ligação com a Universidade de Coimbra.

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 - As demonstrações Financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector no lucrativo (ESNL) DL n.º36-A/2011 de 9/03.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 16 de Julho; e

Normas Interpretativas (NI).

Sempre que na presente norma existam remissões para as Normas Internacionais de Contabilidade, entende-se que estas se referem as adotadas pela União Europeia nos termos do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho e em conformidade com o texto original do Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de Novembro.

Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade devesa recorrer, tendo em vista tao somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:

a) As NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) As Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho;

c) As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do Período anterior.

Não existem conteúdos que não sejam comparáveis com o exercício anterior.

Figella
[Handwritten signature]

F. C. C. L.
PT

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos efectuados de acordo com as normas contabilísticas estabelecidas para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL) com base nos seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos a medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017, devendo ser observada a nota 17 relativa aos instrumentos financeiros

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (*considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante*)

Fi. Cul
حفظ المحرم

- Imposto sobre o rendimento

A Fundação Rangel de Sampaio encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) ao abrigo do art.º 10 do respetivo código.

- Meios financeiros líquidos

Este item inclui depósitos à ordem e depósitos a prazo.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

A conta 2784 regista o valor remanescente devido referente ao projeto da construção da futura biblioteca da faculdade de Direito da U.C. A conta 2785 regista a 31/12/2018 o valor de cheques de bolseiros (e também da comissão de gestão do BPI 4º Trimestre 2018) não descontados à data no banco.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade.

3.2 – Alterações nas políticas contabilísticas

Nas lacunas das normas referidas, foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro Gerais como referenciado no ponto 2. No ano 2017 foi solicitado parecer à O.C.C. acerca de qual a classificação adequada para as moedas de ouro detidas em cofre, sendo que de acordo com o respectivo parecer entendeu-se criar uma conta de classe zero (livre) no balancete que detém o montante na conta de classe livre (011), onde permanecem á data de 31/12/2018.

3.3 – Alterações nas estimativas contabilísticas

Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção, nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações. Dada a importância dos activos financeiros na sua sustentabilidade são delegadas nas entidades bancárias as responsabilidades de gestão dos mesmos com risco mínimo possível para a prossecução dos fins estatutários da Fundação.

- Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível a data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Quando existem ganhos e perdas de natureza cambial, os mesmos são refletidos nas respectivas subcontas de classe 6 (subconta 6928) e 7 (subconta 7861). Tanto as contas de disponibilidades como as de investimentos financeiros e instrumentos financeiros estão transpostas em euros com os valores fornecidos pelo Banco BPI e respectivas taxas de câmbio do Banco de Portugal à data de fecho do exercício do ano em questão.

- Outros valores a receber

As contas de "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas. No relatório de gestão da carteira da Fundação emitido pelo Banco BPI, salienta-se que em 2018, a atividade económica global abrandou mas não ao nível de recessão. Tendo em conta este cenário não se conseguirá à data perspectivar um acréscimo e/ou redução significativo(a) da carteira de investimentos no próximo ano. Sendo assim, entendeu-se por bem não efectuar qualquer ajustamento.

- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

- Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão teve como base a aplicação de políticas contabilísticas referidas nas NCRF. Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

T. C. 4
↑ - ... R. U.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

- Ativos fixos tangíveis

Descrição	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos Biológicos	Outros AFT	AFT em Curso	Adiantamentos/AFT	Total
Valor Bruto no início	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações Acumuladas	0,00	187.837,91	428,80	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	205.835,75
Saldo no início do período	0,00	350.986,55	911,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	351.897,75
Variações do período	0,00	-10.732,48	-26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-10.759,28
Total de aumentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total diminuições	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Depreciações do período	0,00	10.732,48	26,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.759,28
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo no fim do período	0,00	340.254,07	884,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	341.138,47
Valor bruto no fim do período	0,00	538.824,46	1.340,00	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	557.733,50
Depreciações acumuladas no fim do período	0,00	198.570,39	455,60	0,00	17.569,04	0,00	0,00	0,00	0,00	216.595,03

(valores em Euros)

4.1 - Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos, conforme decreto-regulamentar número 25/2009 de 14 de Setembro com as ressalvas constantes das notas abaixo na mensuração das respectivas taxas de depreciação por classe.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente as quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

As taxas de depreciação utilizadas no exercício foram (em %):

Edifícios e outras construções - 2,00%

Equipamento básico - 2% (considerados maioritariamente como elementos habitacionais indistintos ao edifício e de valor materialmente irrelevante)

8 - Rédito

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

8.1.a) - Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Fundação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurado, ser provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até a maturidade. Os juros da carteira

de investimentos foram reflectidos na rubrica Juros abaixo numa subonta específica.

8.1.b) - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rub.	2018	2017	Var	% Var
Ganhos por aumentos de justo valor	32.083,47 €	60.942,89 €	-28.859,42 €	-47%
Outros rendimentos e ganhos	83.440,14 €	123.829,02 €	-40.388,88 €	-33%
Juros	29.724,63 €	1.136,48 €	28.588,15 €	2515%
Total	145.248,24 €	185.908,39 €	-40.660,15 €	-22%

10 . Efeitos das alterações em taxas de câmbio

Os ajustamentos da carteira de investimentos em aplicações de/em moeda externa são feitos com base nas cotações do Banco de Portugal. Os efeitos das diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados do período encontram-se resumidas no quadro abaixo:

Conta	Rubrica	2018
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	323,37 €
6928	Diferenças de câmbios desfavoráveis	197,73 €

11 . Instrumentos financeiros

11.1 – A classificação da conta de Instrumentos Financeiros (conta 1421), (de acordo com parecer solicitado à O.C.C.), é a mais adequada para os activos expressos no balanço. A mensuração foi feita ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração de resultados numa base de ajuste mensal, por forma a manter o Orgão de Gestão informado e actualizado dos montantes investidos (vide nota 17.6 – contêm valores discriminados por subconta).

11.2 – A cotação de mercado dos instrumentos financeiros mensurados a justo valor está expressa e validada nos extractos bancários mensais

12 . Benefícios dos empregados

12.1 – O número médio de empregados da Fundação Rangel de Sampaio durante o período de relato financeiro foi zero.

12.3 – Os órgãos directivos não são remunerados sob nenhuma forma

16. – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

16.1 – Informação por actividade económica e por mercado geográfico

Rubrica	CAE 1 - 2018	CAE 2 - 2018
Vendas	0,00 €	
de Mercadorias	0,00 €	
Prestações de serviços	0,00 €	
Ganhos por aumentos de justo valor	32.083,47 €	
Outros Rendimentos e Ganhos	83.066,39 €	373,75 €
Juros	29.724,63 €	
Compras	0,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	29.986,88 €	
CMVMC	0,00 €	
Mercadorias	0,00 €	
M P's, Subsidiárias e de Consumo	0,00 €	
Gastos com Pessoal	0,00 €	
Remunerações	0,00 €	
Outros Gastos	0,00 €	
Activos Fixos Tangíveis	341.138,47 €	
Valor líquido final	341.138,47 €	
Propriedades de Investimento	0,00 €	

716,11
P. 157

16.2 – Decomposição e movimento dos Fundos Patrimoniais

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe									
		Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO - 2018	1	0,00	0,00	2.001,11	4.508.615,19	0,00	0,00	38.469,03	4.549.085,33	0,00	4.549.085,33
ALTERAÇÕES NO PERÍODO											
Primeira adoção do novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais					38.469,03			-38.469,03	0,00		0,00
	2	0,00	0,00	0,00	38.469,03	0,00	0,00	-38.469,03	0,00	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							-71.299,50	-71.299,50		-71.299,50
RESULTADO INTEGRAL	4+2-3							-71.299,50			-71.299,50
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
Fundos											
Subsídios, Doações e Legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO - 2018	6=1+2+3+5	0,00	0,00	2.001,11	4.547.084,22	0,00	0,00	-71.299,50	4.477.785,83	0,00	4.477.785,83

16.3 – Estado e Outros Entes Públicos / Impostos em mora

A Fundação apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações nos prazos legalmente estipulados.

A 31/12/2018 apresenta a seguinte decomposição da conta 24:

Conta	Rubrica	31-12-2018
24	ESTADO - RETENÇÕES	635,64 €
2412	RET. FONTE	652,44 €
2422	IRS - REND. PROFISS.	0,00 €
2436	IVA A PAGAR	-16,80 €

17 – Outras informações

17.1 – Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Rubrica	2017	2018	Var	% Var
Serviços Especializados	12.373,87 €	11.051,80 €	1.322,07 €	12%
Honorários	6.760,00 €	10.316,22 €	-3.556,22 €	-34%
Comissões	397,41 €	0,00 €	397,41 €	
Conservação e Reparação	10.182,60 €	14.875,98 €	-4.693,38 €	-32%
Livros e Doc. Técnica	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Ferramentas e Utensílios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Material de Escritório	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Energia - Electricidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Contencioso e Notariado	27,00 €	256,63 €	-229,63 €	-89%
Deslocações e estadas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Serviços Diversos	246,00 €	246,00 €	0,00 €	0%
Total FSE	29.986,88 €	36.746,63 €	-6.759,75 €	-18%

17.2 - Discriminação de outras contas a pagar e a receber

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
2721	Devedores por acréscimo de Rendimentos	12.915,82 €
27211	Devedores por acresc. Rendimentos - Juros a receber	12.915,82 €
278	Outros devedores e credores	-481.956,11 €
2782	Rendas em dívida	-214,60 €
2784	Gestão Futura Biblioteca FDUC	-478.429,81 €
2785	Out. Dev. e Cred. - Bolsas/BPI	-3.374,20 €
2787	Out. Dev. e Cred. - Cofre BPI 262	62,50 €

Trigall
M. J. P.

17.3 - Discriminação dos diferimentos

Conta	Rubrica	Saldo 31/12
282	Rendimentos a reconhecer	-64.987,51 €
2821	Rendimentos a reconhecer - Rendas antecip.	-6.487,51€
2822	Rendimentos a reconhecer - Bolsas / Premios atribuir	-58.500,00 €

Figura


17.4 - Discriminação dos outros gastos e perdas

Conta	Rubrica	2018
681	Impostos	78,43 €
68111	Impostos Directos	78,43 €
688	Outros	331,20 €
6881	Correcções períodos anteriores	0,15€
6886	Perdas em instrumentos financeiros	331,05€
68830	Quotizações FRS	0,00 €
6887	Outros gastos e perdas	34.061,32 €
68870	Outros gastos e perdas - Bolsas FRS	24.300,00 €
68871	Outros gastos e perdas - Desl./Bolsas FRS	4.816,43 €
68872	Outros gastos e perdas - Dt.Petroleo	57,19 €
68879	Outros gastos e perdas - Premios/Out FRS	4.887,70 €

17.5 - Discriminação dos outros rendimentos e ganhos

Conta	Rubrica	2018
781	Rendimentos Suplementares	5.411,88 €
78161	Outros Rend. Suplementares - Rendas Nos	2.428,59 €
78162	Outros Rend. Suplementares - Rendas Meo	2.609,54 €
78164	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo 6%	330,19 €
78164	Outros Rend. Suplementares - Dt. Petroleo 23%	43,56 €
786	Rendimentos e Ganhos Rest.Act. Financeiros	323,37 €
7861	Diferenças de câmbios favoráveis	323,37€
787	Rendimt. e ganhos rest. activos nao fin	76.074,16 €
7873	Rendas e outr. Rend. Prop. Invest.	76.074,16 €
788	Outros	1.630,73 €
7884	Ganhos em instrumentos financeiros	1630,73 €

17.6 – Instrumentos Financeiros

Relativamente aos instrumentos financeiros, estão valorizados ao justo valor com evidência de informação fiabilizada pelo Banco BPI e respectivas cotações de moeda externa valorizados ao câmbio do Banco de Portugal disponibilizada em extratos valorizados numa base de cotação mensal, anexos a este relatório conjuntamente com toda a informação contabilística num total de 2.571.973,15 € divididos da seguinte forma:

Títulos
R. P. G.

Conta	Rubrica	31-12-2018
14211	Activos Financ. - Fund.Inv.	936.097,10 €
14212	Activos Financ. - Papel Comercial	200.000,00 €
14213	Activos Financ. - Carteira de Titulos	1.143.965,65 €
14214	Activos Financ. - Fundos Flex.	186.471,35 €
14215	Activos Financ. - Fundos Imob.	105.439,05 €
Total		2.571.973,15 €

17.7 - Fluxos de caixa

Comentário do órgão de Gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Todas as quantias evidenciadas no Balanço, a 31 de dezembro de 2018, estão disponíveis para uso.

17.8 - Valores em caixa e depósitos bancários

Conta	Rubrica	31-12-2018
11	Caixa	1.019,63 €
12	Depósitos à ordem	285.162,49 €
13	Depósitos a prazo	1.809.018,41 €

1) Contas 12 e 13 contêm valor de contrapartida parcial correspondente à conta 2784 – Aux. 42 (vide Nota 3.1)

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto.

17.9 - Acontecimentos após a data do Balanço

Nada a referir

17.10 - Autorização para emissão

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pelo Conselho de Administração para emissão em 31 de Março de 2019.

17.11 - Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do Balanço acerca de condições que existiam à data do Balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face as novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não foram recebidas informações que justificassem a alteração das divulgações já efetuadas.

18 - Acontecimentos após a data do Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

O Conselho Executivo

Pr. de Vitoriano Ramos

Francisco Manuel de Brito Pereira Gull

Francisco Manuel de Brito Pereira Gull

O Contabilista Certificado

João Vítor Aires Almeida

216253748

57019